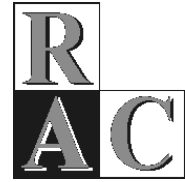




Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Curitiba, v. 14, n. 1, art. 1,
pp. 1-19, Jan./Fev. 2010



Tamanho do Governo Brasileiro: Conceitos e Medidas

The Size of the Brazilian Government: Concepts and Measures

Vladimir Fernandes Maciel *

Doutorando em Administração Pública e Governo pela FGV-SP.
Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/SP, Brasil.

Paulo Roberto Arvate

Doutor em Economia pela FEA/USP.
Professor da Fundação Getulio Vargas, São Paulo/SP, Brasil.

* Endereço: Vladimir Fernandes Maciel

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Curso de Economia, Rua da Consolação, 896, Prédio T, sala 601, São Paulo/SP, 01303-001. E-mail: vmaciel@mackenzie.br

Copyright © 2010 RAC. Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é construir uma medida de **tamanho do governo** para o Brasil, considerando as empresas estatais. Construímos o tamanho do governo, considerando o custeio do governo federal (medida internacional para o tamanho de governo) e os gastos de custeio das empresas estatais. Nossa medida mostra que o **tamanho do governo** entre 1980 e 2005 ficou em torno de 20% do PIB. Adicionalmente, investigamos a relação dessa medida com o número de partidos existentes na coalizão de governo. Nós usamos correlações não condicionadas para realizar a investigação, porque não tínhamos um número maior de observações (Greene, 2000). Nossos resultados mostram que existe correlação elevada entre a redução do custeio das empresas estatais e o crescimento do custeio do governo central, o que explica a manutenção do tamanho de governo. Percebe-se uma correlação elevada entre o custeio e o aumento desse espaço político no governo federal expresso pelo número de partidos que participam da coalizão de governo. O referencial teórico que relaciona o tamanho de governo ao número de partidos pode ser encontrado nos trabalhos de Volkerink e Haan (2001), Perotti e Kontopoulos (2002), Persson e Tabellini (2003) e Amorim e Borsani (2004).

Palavras-chave: tamanho de governo; empresas estatais; coalizão política.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to build a measure of **government size** for Brazil in terms of state-owned companies. We build the government size considering the federal government's current expenditure (international measure) and the state-owned company's current expenditure. Our measure shows that the government size between 1980 and 2005 was around 20% of the GDP. Additionally, we investigate the relationship of this measure and the number of coalition parties. We use non-conditional correlated because we did not have a higher number of observations (Greene, 2000). Our results show that there is a high correlation between the reduction in the expenditure of the state-owned companies and the growth of the expenditure of the central government (that explains the maintenance of the government size). Moreover, there is a high correlation between the expenditure and the increase of the political space in federal government (measured by the number of parties that participate of the government coalition). Our theoretical references between government size and the number of coalition parties can be found in the works of Volkerink and de Haan (2001), Perotti and Kontopoulos (2002), Persson and Tabellini (2003), and Amorim and Borsani (2004).

Key words: government size; state-owned companies; political coalition.

INTRODUÇÃO

O Brasil restabeleceu sua democracia (1985) e recuperou, com uma nova Constituição (1988), o compromisso de melhorar as condições sociais dentro do país⁽¹⁾. Decidida internamente, essa agenda não estava em conformidade com o que acontecia no mundo. Os compromissos assumidos determinariam um crescimento no tamanho do governo. O mundo, naquele momento, governado pelo **Consenso de Washington**, pregava nas suas instituições internacionais (Banco Inter-americano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), uma maior liberdade aos mercados, uma redução no tamanho do governo e no escopo do Estado.

Não demorou muito para que o Brasil, com suas finanças comprometidas na área externa, sucumbisse a essas determinações com objetivo de manter suas linhas de financiamento. Embora os resultados não tenham sido alcançados na sua totalidade, o Estado brasileiro começou uma reforma na direção do que propunha o **Consenso de Washington** com objetivos em diversas áreas (administrativa, previdenciária e tributária)⁽²⁾, em conjunto com a venda das empresas pertencentes ao Estado (privatizações) redefinindo seu escopo⁽³⁾⁽⁴⁾.

De qualquer modo, do ponto de vista interno, como descrevem Mora e Varsano (2001) e Affonso, Ferreira e Varsano (2002), a perda de receita do governo federal após a Constituição para federalizar os serviços públicos, não impediu que ele realizasse gastos para implementar o resgate das condições sociais. Basicamente esses gastos foram bancados pela criação e crescimento vertiginoso das receitas não-compartilhadas com estados e municípios (contribuições sociais).

Como mostraremos neste trabalho, o tamanho de governo, considerando como base a medida internacional de comparação (custeio em termos do PIB)⁽⁵⁾, passa de seis a sete por cento nos anos oitenta para algo em torno de dezesseis por cento nos anos noventa⁽⁶⁾⁽⁷⁾.

É claro que mudar o tamanho do governo e escopo do Estado não foi uma experiência fácil, dado que a história dos países latino-americanos foi sedimentada num modelo de crescimento baseado na Industrialização Substituidora de Importações [ISI]. Na concepção teórica e na **práxis** política da ISI, o Estado era o agente capitaneador do processo de industrialização. Na concepção teórica, conforme Bielchowsky (1996), o Estado era o grande agente articulador do processo, por planejar as etapas de industrialização, direcionar os investimentos, criar incentivos, alterar os preços relativos e redistribuir renda em prol da instalação de empresas manufatureiras em território nacional. Na prática, ainda de acordo com o Bielchowsky (1996), o Estado não somente atuou dentro do escopo apoiado pelas teorias cepalinas, mas foi além. Na ausência de capital privado com interesse e capacidade de recursos para investir em setores chamados de **indústrias de base** (infra-estrutura), o Estado atuou diretamente como empresário. Nesse caso, por meio das chamadas empresas estatais⁽⁸⁾.

Basicamente o ideário desenvolvimentista latino-americano aceitava a empresa estatal dentro do escopo de intervenção do governo; mas, particularmente, conforme detalha Bielchowsky (1996), havia no pensamento brasileiro uma corrente denominada por ele como **desenvolvimentista nacionalista**, defendendo não apenas o planejamento estatal, mas a participação direta no Estado em detrimento do capital estrangeiro nos setores, cujo capital nacional não teria condições de atuar. Segundo Bielchowsky (1996, p. 34):

no setor público encontrava-se uma corrente de **desenvolvimentistas nacionalistas**. Os economistas dessa linha defendiam inversões estatais em setores considerados estratégicos para continuidade do processo de industrialização, ou seja, mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas. O termo **nacionalista** é adequado, pois a proposta alternativa à estatal era de investimentos estrangeiros, dada a frágil estrutura do capital nacional.

O termo **empresa estatal** engloba arranjos institucionais distintos, de sociedades anônimas de capital aberto a empresas de sociedade limitada. Uma característica, no entanto, é comum a todas elas: o Estado detém pelo menos 51% do capital decisório.

No Brasil, as estatais eram essenciais na composição do **tripé** (empresas nacionais, empresas estrangeiras e estatais), o que caracterizava os planos e os projetos de industrialização, pois atuavam, em grande parte, nas indústrias produtoras de insumos básicos, como de matéria-prima e energia. Tudo isso para que o setor privado nacional pudesse atuar no setor de peças, componentes, acessórios e serviços e o setor privado estrangeiro nas empresas de ponta, principalmente nas de bens de consumo durável (Orenstein & Sochaczewski, 1990).

Nesse modelo, as empresas pertencentes ao governo (estatais) representavam também poderoso espaço político (tão disputado pelos políticos quanto um ministério, devido ao volume de recursos que elas movimentavam). Em síntese, pelo que se pode observar, a história dos países latino-americanos não permite que se discuta o tamanho de governo sem se considerar as empresas estatais nesse processo⁽⁹⁾.

Como o Brasil apresenta grandes mudanças no governo e no Estado entre os anos oitenta e noventa, parece-nos importante fazer uma medida de tamanho de governo mais adequada para o caso brasileiro (custeio do governo federal somado ao custeio das estatais) e tentar associá-la ao processo de decisão dentro do governo.

Em trabalhos como de Volkerink e Haan (2001), Perotti e Kontopoulos (2002) e Persson e Tabellini (2003) e Amorim e Borsani (2004), observa-se que a coalizão de governo impulsiona o seu tamanho do governo porque, mesmo que existam os motivos explícitos como aqueles mencionados em Mora e Varsano (2001) e Affonso *et al.* (2002) para o crescimento do custeio do governo federal, sempre há intermediação política na tomada de decisões que levam a esse resultado.

O tamanho da coalizão determina o tamanho do governo, porque cada partido individualmente, dentro da coalizão, tem incentivos para que isso ocorra. Como Perotti e Kontopoulos (2002) descreveram, os partidos individualmente tem incentivos para gastar mais, porque se beneficiam diretamente dos gastos realizados que escolhem (alocação política, por exemplo) e compartilham com toda a sociedade os tributos para pagar esses gastos⁽¹⁰⁾. Existindo *logrollig* na coalizão de governo, nenhum partido veta o outro partido, para não ser vetado, o número de partidos na coalizão, passa a ter tremenda importância na definição do tamanho do governo (gasto)⁽¹¹⁾. O que pode ter acontecido no caso brasileiro, levantando a mesma indagação para outros países latino-americanos que tiveram empresas estatais e mantiveram ou ampliaram o tamanho de suas coalizões de governo, é que o espaço perdido pelos partidos nas privatizações pode ter sido substituído por um espaço na administração direta⁽¹²⁾.

Nessa linha, o objetivo deste trabalho será o de construir uma medida de tamanho de governo para o Brasil, considerando a medida internacional comumente utilizada e o custeio das empresas estatais do governo federal, para observarmos a correlação entre essa medida e o número de partidos que sustentam o governo. Nossa investigação nesse ponto será apenas entre os anos de 1985 e 2005 (início do período democrático), apesar de construirmos nossa medida de governo a partir de 1980.

Para desenvolvermos este trabalho, utilizamos quatro seções além desta introdução. Na próxima seção faremos breve histórico do processo de privatização das empresas estatais federais nos últimos vinte e cinco anos. Esse processo será destacado aqui, porque a privatização é um dos principais elementos utilizados pelos países na redução do escopo do Estado. Na seção seguinte apresentaremos nossa medida de tamanho de governo: gastos de custeio do governo central em termos do PIB, medida adotada na literatura internacional, somados aos gastos de custeio das empresas estatais do governo central em termos do PIB. Apesar dos ajustes e das privatizações, o tamanho de governo, considerando essas duas medidas, ficou praticamente estável ao longo do período analisado: 20% do PIB. Grande parte da manutenção desse tamanho acontece porque existe elevada correlação entre a redução do custeio das estatais e o crescimento do custeio do governo federal. Na quarta seção, mostraremos que podem existir fatores políticos para esse crescimento: existe correlação positiva entre o crescimento do custeio do governo central e o número de partidos participantes da coalizão de governo. Essa é uma possibilidade já apresentada nos trabalhos de Volkerink e Haan (2001) e Perotti e Kontopoulos (2002). Infelizmente, o número de observações não nos permite um tratamento econométrico mais refinado

para inferirmos algo em termos de causalidade. A última seção servirá para destacar os principais resultados desse trabalho.

UMA BREVE DESCRIÇÃO SOBRE O HISTÓRICO RECENTE DE PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL: 1980 A 2005

Depois do modelo da ISI ter sido muito bem sucedido em termos de gerar crescimento do produto interno, as economias latino-americanas nos anos oitenta enfrentaram a crise da dívida externa e o esgotamento do padrão de crescimento. No bojo desses acontecimentos estava a crise fiscal do Estado. O Estado naquele momento perdeu a capacidade financeira de cumprir suas funções de modo eficiente na tentativa de estabilizar a economia nacional (Bresser-Pereira, 1993).

Para superar essa crise, entre meados dos anos oitenta e início dos anos noventa, desenhou-se um conjunto de reformas em direção à abertura econômica e à redução da participação do Estado na economia. Esse conjunto de medidas ficou conhecido como **Consenso de Washington** (Bresser-Pereira, 1993).

Duas leituras podem ser feitas desse conjunto de medidas. A primeira delas, numa visão mais liberal, considerava a elevada participação do Estado na atividade econômica a causa da estagnação e do mau funcionamento da economia. Sendo assim, reformas liberalizantes imporiam dinamismo na economia por aumentar a competição, como a abertura comercial, e reduziriam a intervenção do Estado e o seu tamanho, com as privatizações. Uma segunda leitura também tinha recomendações parecidas, mas a argumentação não era na direção da redução do Estado por si, e sim na sua reestruturação para que recuperasse condições econômicas de realizar as políticas públicas necessárias. Segmentos que não fossem estratégicos e prioritários deveriam ser transferidos à iniciativa privada⁽¹³⁾.

De qualquer forma, especificamente em relação às empresas estatais e em qualquer das leituras, a passagem dessas empresas para o setor privado seria necessária para reduzir o passivo do Estado (dívida pública).

Embora para o Brasil esse conjunto de medidas fosse aplicado mais no final dos anos oitenta e durante toda a década de noventa, o processo de privatização das empresas estatais começou na década de oitenta. Como atestam Matos e Oliveira (1996) e Carvalho (2001), naquele momento as privatizações foram realizadas apenas para sanear o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES]. Elas não representavam um objetivo explícito de política. O BNDES, um banco oficial, cuja meta é financiar investimentos de longo prazo, em alguns momentos participou da reestruturação de empresas nacionais. Nesse processo, o banco passou a ter propriedade proporcional ao empréstimo em algumas empresas. Na *holding* do BNDES há uma empresa encarregada de controlar essas participações acionárias. Trata-se da BNDESpar. As primeiras privatizações foram na verdade vendas de ações da BNDESpar com objetivo de sanear o BNDES. As (re)privatizações alienaram ao setor privado empresas que foram privadas e se encontravam em posse do BNDESpar. Carvalho (2001) denomina esse período de **Primeira Fase** das privatizações.

A Figura 1, a seguir, mostra a evolução do número de empresas estatais federais de 1985 até 2005.

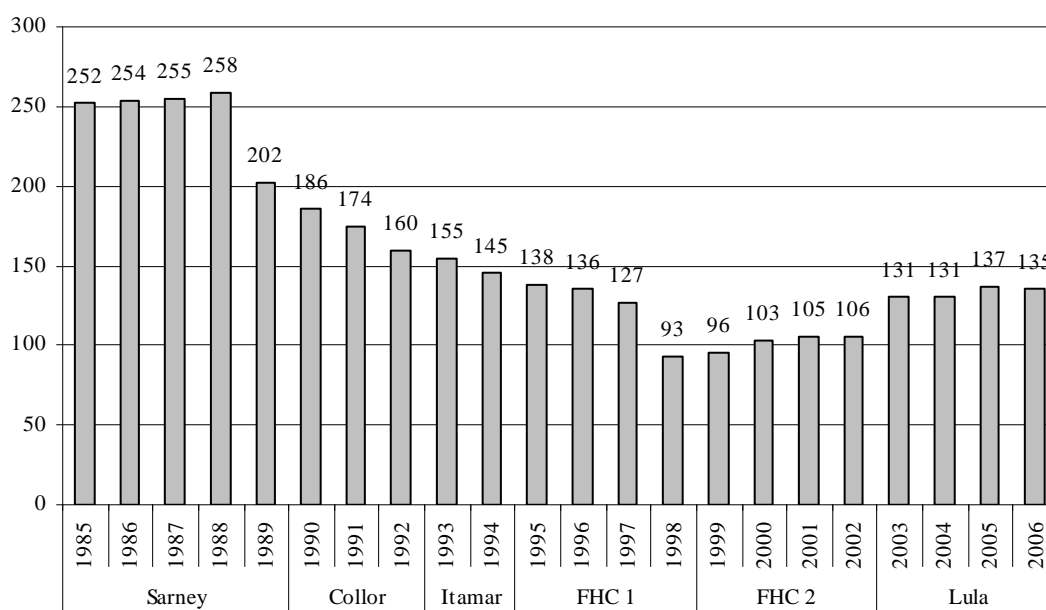


Figura 1: Evolução do Número de Empresas Estatais Federais – 1985-2006 (Posição até Abril de 2006)

Fonte: Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais [DEST] (1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006).

Como observamos na Figura 1, as empresas estatais do governo federal foram realmente privatizadas a partir de 1989. Somente a partir de 1990, no entanto, é que se pode dizer que existia um objetivo explícito de política. O marco foi o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). A primeira empresa de peso (em tamanho e em importância econômica) a ser privatizada naquele momento foi uma empresa do setor siderúrgico: a Usiminas (1991).

As privatizações ocorreram com mais intensidade a partir do governo Itamar Franco (1993-1994). Fernando Henrique Cardoso foi um dos ministros da Fazenda de Itamar Franco. Depois, como presidente eleito (1995-1998), deu continuidade a esse processo.

Percebemos, na mesma figura, um aumento do número de estatais federais após 1998. Isto se deve, principalmente, à transferência de empresas estatais dos governos estaduais e municipais para o governo federal como parte do processo de renegociação das dívidas de estados e municípios. A lei federal 8727/93 deu sustentabilidade a essas negociações. Um exemplo de companhias estatais que passaram dos governos estaduais ou municipais para o governo federal é a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo [CEAGESP]. Ela pertencia anteriormente ao governo do Estado de São Paulo e atualmente pertence ao governo federal.

De acordo com as informações do DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão⁽¹⁴⁾, em abril de 2006, o governo federal possuía empresas estatais em diversos setores:

- . Setor de Energia Elétrica (18 empresas): a maior parte vinculada ao Grupo Eletrobrás.
- . Setor de Petróleo, Derivados e Gás Natural (48 empresas): a totalidade delas vinculada ao Grupo Petrobrás.
- . Setor de Transportes (15 empresas): compreendendo quase que na totalidade atividades hidroviárias, ferroviárias e aeroaviárias.
- . Setor Financeiro (23 empresas): os bancos públicos como, por exemplo, Banco do Brasil [BB], Caixa Econômica Federal [CEF], e BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social]; atualmente excluiu-se o Banco Central, além do Instituto de Resseguros do Brasil [IRB] e empresas de financiamento e de *leasing*.

- . Demais setores de atividade (31 empresas): centrais de abastecimento, Casa da Moeda, hospitais, material bélico, materiais e equipamentos nucleares, empresas de pesquisa, sistemas de informação etc.

Cabe ainda mencionar que, desde o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), inclusive no primeiro mandato do atual presidente (Luís Inácio Lula da Silva, 2003-2006), não houve saldo líquido de privatizações de nenhuma empresa estatal federal. Nesse período, houve até mesmo uma ligeira reestatização, em função de operações de aquisição. Um desses exemplos é a compra da Agip-Liquigás pela Petrobrás, empresa petrolífera estatal. O motivo para a interrupção das privatizações, na opinião de Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001), foi a ausência de apoio popular e a presença de embates políticos e ideológicos em torno das privatizações que estariam por serem realizadas. No Sistema Eletrobrás, Furnas é um exemplo.

PROPOSTA DE MEDIDA DO TAMANHO DE GOVERNO PARA O BRASIL

A contribuição de nosso trabalho para o debate sobre tamanho de governo será no sentido de construir uma série temporal que leva em conta o gasto de custeio do governo central e o gasto com custeio das empresas do governo central.

Metodologia

Para construirmos o tamanho de governo usamos dois caminhos. Primeiro, seguimos a medida internacional encontrada nos trabalhos de Volkerink e de Haan (2001), Perotti e Kontopoulos (2002) e Persson e Tabellini (2003) e Amorim e Borsani (2004). Essa medida considera os gastos com custeio do governo federal dividido pelo PIB. Segundo, levantamos a partir dos Relatórios Anuais das Empresas Estatais Federais, o custeio das empresas estatais ano a ano e dividimos esse valor pelo PIB. Faremos na seqüência uma descrição mais detalhada desse processo.

O Gasto de Custeio do Governo Central

As principais informações para construção das séries de dados deste artigo usam as despesas correntes do governo. Em particular, opta-se por utilizar os dados de consumo do governo: despesas com custeio: mão-de-obra, materiais de consumo etc. Limitamo-nos a trabalhar com o governo federal entre os anos de 1980 e 2005.

Os dados foram calculados a partir dos informativos por grupo de despesas fornecidas pela Secretária do Tesouro Nacional⁽¹⁵⁾. Para tanto, das despesas correntes subtraímos os pagamentos de juros e encargos da dívida pública e as transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios. O valor resultante foi, então, calculado em proporção do PIB. A Figura 2 ilustra o comportamento dessa variável ao longo do tempo.

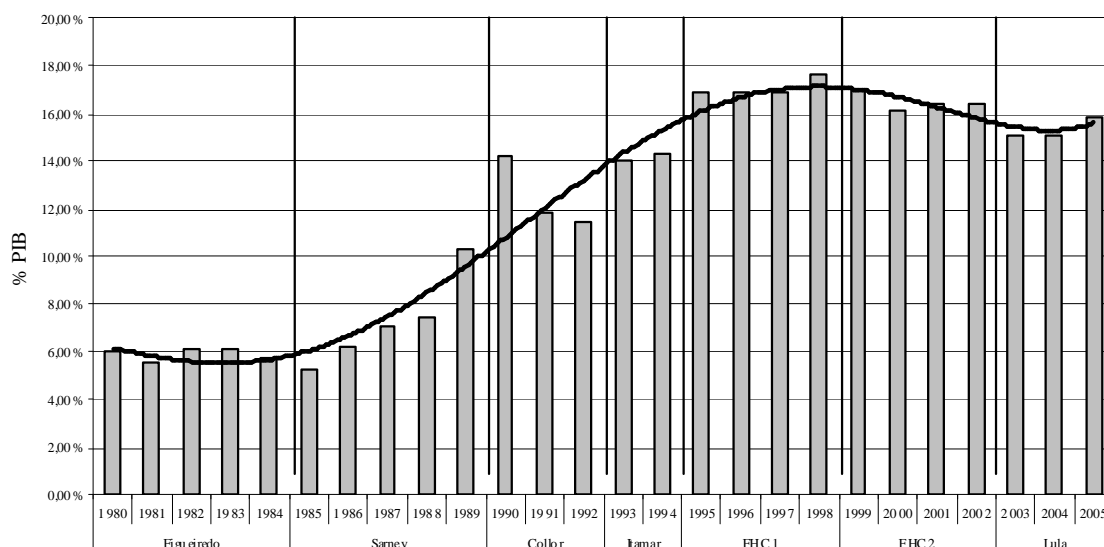


Figura 2: Despesas de Custeio do Governo Central – 1980-2005 (em % do PIB)

Fonte: elaboração própria por meio dos dados do Tesouro Nacional (2005).

O governo Figueiredo (1979-1984) foi o último governo militar do Brasil. A partir de 1985, o Brasil só teve governos civis. O primeiro presidente civil, após o período militar, José Sarney, foi eleito pelo Congresso Nacional (indiretamente). Collor de Mello tomou posse em 1990 e foi cassado em 1992; foi o primeiro presidente eleito diretamente. Percebe-se que a entrada de civis no poder estimulou o crescimento das despesas de correntes em termos do PIB, a partir de 1985.

Segundo Pinheiro e Giambiagi (2006), grande parte do aumento de gastos entre o final do governo Sarney e o início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso [FHC] pode ser explicado pela Constituição de 1988. Ela gerou crescimento nas despesas de Previdência Social (número e o valor dos benefícios). Outra parcela desse aumento, segundo os mesmos autores, pode ser explicada também no comportamento dos gastos assistenciais e com pessoal. Como mostraremos nessa mesma seção, existem fatores políticos que podem justificar também esse crescimento. Pela Figura 2, vê-se que a inflexão dos gastos começou a partir de 1985 e não a partir de 1988 ou 1989.

Gasto com Custeio das Estatais

No Sistema de Contas Nacionais é praxe deixar as empresas estatais e suas despesas fora do conceito de **gastos do governo**. A rigor, as empresas são e devem ser contabilizadas como tal. No entanto, embora seus orçamentos gerais não sejam objetos da composição da peça orçamentária do governo federal, os seus investimentos constituem parte integrante do Orçamento Geral da União [OGU] no item **Orçamento de Investimento das Estatais**⁽¹⁶⁾. De outro lado, no cálculo do resultado consolidado do setor público (Necessidade de Financiamento do Setor Público [NFSP]), os superávits e os déficits das empresas estatais são contabilizados (conceito de Necessidade de Financiamento Líquido [NEFIL]) no setor público como um todo.

As informações referentes ao setor estatal foram obtidas dos Relatórios Anuais das Empresas Estatais Federais, elaborados pelo DEST. Esse departamento, anteriormente uma coordenadoria componente da antiga Secretaria de Orçamento e Planejamento, foi criado em 1979 e é responsável pelo acompanhamento das empresas estatais federais. Embora as empresas estatais existam há décadas, ou até mais – como o caso do Banco do Brasil, que remonta ao século XIX – a produção de informações sistemáticas sobre elas somente existe com a criação do DEST.

Os dados, cuja observação mais antiga é 1980, foram calculados a partir das informações de fluxo de caixa (**usos e fontes**) das empresas que fazem parte do Programa de Dispêndios Globais [PDG] do DEST - empresas cujos orçamentos não estão diretamente incorporados ao do ministério responsável⁽¹⁷⁾. Foram destacadas para fins deste artigo as empresas do Setor Produtivo Estatal [SPE]⁽¹⁸⁾. A Tabela 1 apresenta a estrutura de demonstrativo das empresas estatais que nos ajudou a compor o gasto com custeio das estatais.

Tabela 1

Programa de Dispêndios Globais [PDG] Estrutura dos Demonstrativos Consolidados de Usos das Empresas do Setor Produtivo Estatal

USOS DE RECURSOS (DESPESAS)
DISPÊNDIOS DE CAPITAL
Investimentos
Inversões Financeiras
Amortizações – Principal
Operações de Crédito Internas
Operações de Crédito Externas
Operações Resolução 63
Outras Fontes
Outros Dispêndios de Capital
DISPÊNDIOS CORRENTES
Pessoal e Encargos Sociais
Materiais e Produtos
Serviços de Terceiros
Utilidades e Serviços
Tributos e Encargos Parafiscais
Juros e Outros
Operações de Créditos Internas
Operações de Crédito Externas
Operações Resolução 63
Outras Fontes
Demais Dispêndios Correntes
TOTAL DOS USOS

Nota. Fonte: DEST (2005, p. 135.)

Para construirmos o custeio das estatais utilizamos o item **Dispêndios Correntes**, excluindo-se os gastos com **Tributos e Encargos Parafiscais** e os **Juros e Outros encargos financeiros**. Ressalva-se que até 1987 o item Tributos e Encargos Parafiscais não era discriminado em separado, impossibilitando-nos de segregá-lo. Esses valores são fornecidos por segmento estatal de maneira agregada. Neste caso, pelo **Setor Produtivo Estatal** [SPE]. Os valores de despesas de custeio das estatais foram calculados em proporção do PIB do respectivo ano. A Figura 3 mostra o resultado dessa estimativa ao longo do tempo.

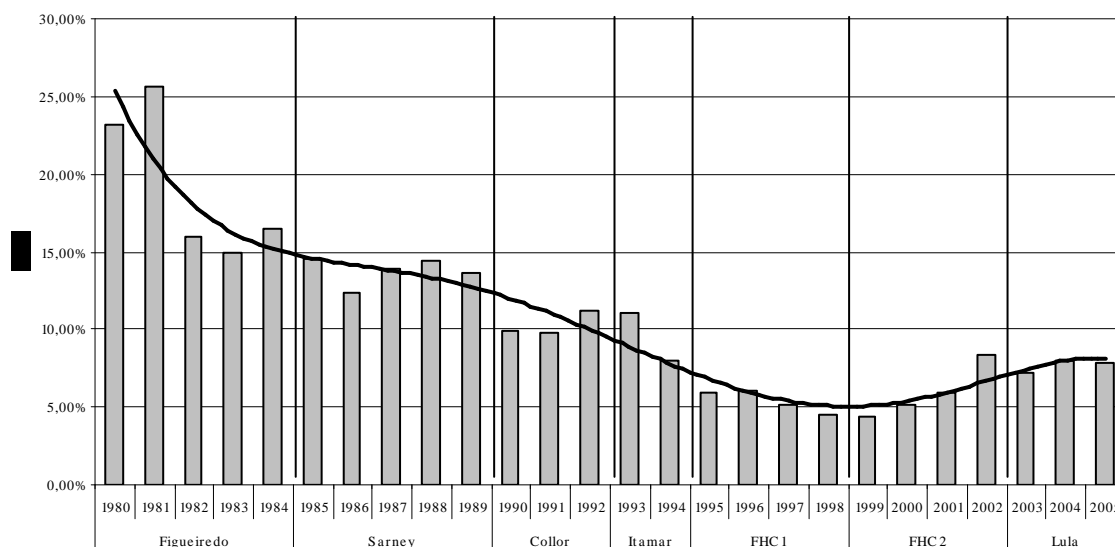


Figura 3: Despesas de Custeio das Empresas Estatais Federais do Setor Produtivo - 1980-2005 (em % do PIB)

Nota. Fonte: elaboração própria por meio dos dados do DEST (1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005).

Como a série é decrescente desde o governo Figueiredo, não se pode afirmar, apenas pela observação, que o comportamento dessa série, é resultado apenas das privatizações. O ajuste do setor público como um todo nos anos oitenta, incluindo as estatais, tem sua parcela de contribuição nesse resultado.

Porém, se o espaço de poder político pode não ser disputado apenas pelo cargo, mas pelo orçamento a ser realizado, é interessante notar o comportamento inverso dessa despesa em relação às despesas da administração direta⁽¹⁹⁾. As despesas de custeio das estatais do setor produtivo até 1990 eram maiores do que as despesas da administração direta. Posteriormente isso se inverteu. De maneira geral, o comportamento das despesas da administração direta e o das empresas estatais no tempo estão caminhando em sentido inverso. Um exercício de associação indica uma espécie de **troca** entre despesas da esfera da administração indireta (custeio das estatais produtivas) em relação à direta (custeio do governo central) no período analisado. O coeficiente de correlação linear é de $-0,861$. A Figura 4 apresenta essa correlação.

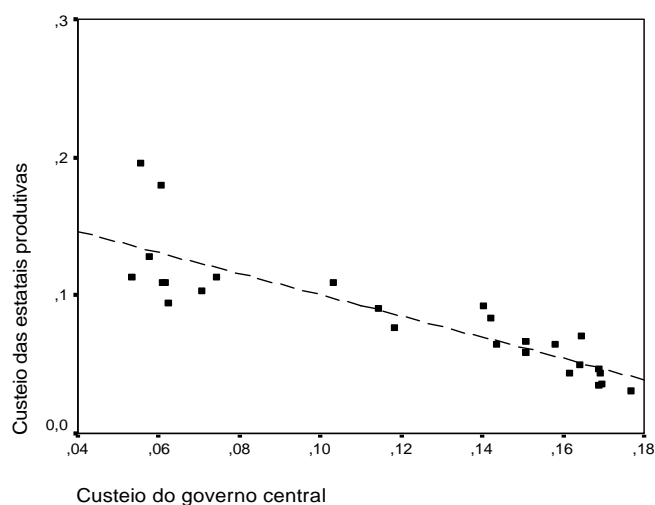


Figura 4: Diagrama de Dispersão entre Custeio das Empresas Estatais do Setor Produtivo Estatal e o Custeio do Governo Central – em Proporção do PIB (1980-2005)

Fonte: elaboração própria.

A Medida de Tamanho de Governo Reunindo os Gastos do Governo Federal e o Gasto das Estatais

Se a medida de tamanho de governo adequada para o caso brasileiro incorporasse o setor estatal, teríamos uma variável do tipo **despesa do governo federal**, que compreenderia a soma das despesas de custeio do governo em termos do PIB e as despesas de custeio das estatais produtivas federais em termos do PIB. O resultado dessa composição pode ser visto na Figura 5 a seguir.

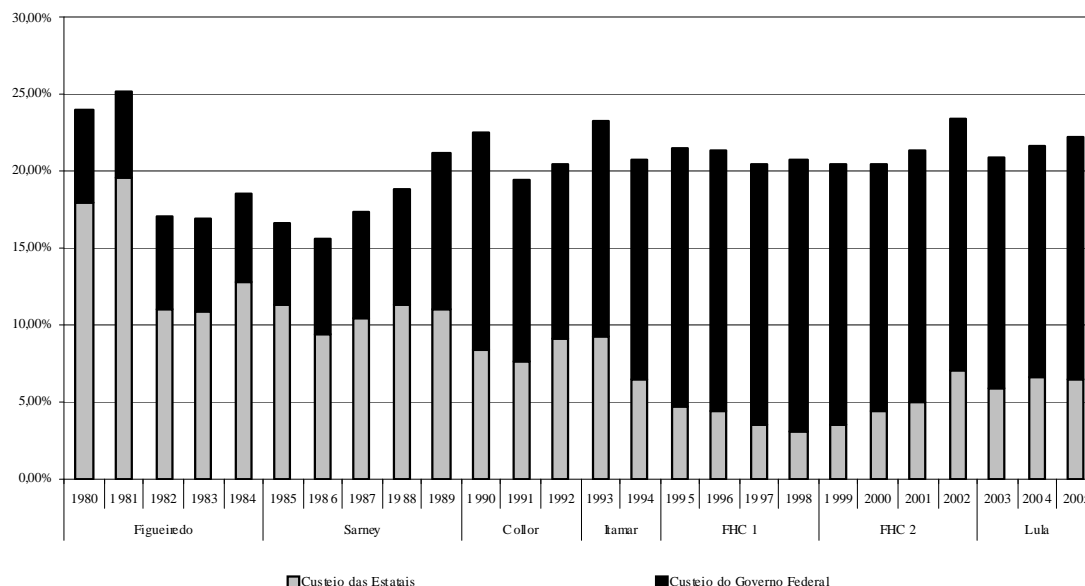


Figura 5: Despesas de Custeio do Governo Federal e das Empresas Estatais (em % do PIB)

Fonte: elaboração própria por meio dos dados do DEST (1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005) e do Tesouro Nacional (2005).

O resultado, embora sujeito a imperfeições⁽²⁰⁾, é bastante interessante e é a principal contribuição deste artigo. A despesa do governo federal, após um período de queda que se dá até meados do governo José Sarney, manteve-se em torno de 20% do PIB. Apesar de todos os ajustes e das privatizações, o tamanho do governo permaneceu o mesmo na nossa medida.

FRAGMENTAÇÃO DE GOVERNO E GASTOS COM CUSTEIO DO GOVERNO CENTRAL: UMA VERSÃO COMPLEMENTAR À TRADICIONAL MEDIDA DE EXPANSÃO DO CUSTEIO DO GOVERNO CENTRAL

Para capturarmos a relação entre a medida de governo que acabamos de construir, considerando o custeio do governo federal e das estatais dividido pelo PIB, e fragmentação de governo (número de partidos que compõem a coalizão de governo), vamos estabelecer correlações entre essas variáveis. Tecnicamente falando, apresentaremos correlações não-condicionadas entre as variáveis. Infelizmente não conseguimos realizar correlações condicionadas (estimativas entre as variáveis), porque não temos séries mais extensas que permitam um melhor tratamento⁽²¹⁾. Se fosse possível a realização de estimativas, poderíamos controlar o efeito de variáveis econômicas. No entanto, Volkerink e Haan (2001) e Perotti e Kontopoulos (2002) mostram a importância da fragmentação da coalizão política que sustenta o governo na determinação do seu tamanho. Por não conseguirmos testar uma relação de causalidade numa série tão curta no tempo, tentamos mostrar a correlação entre o custeio do governo central em termos do PIB e a medida de fragmentação da coalizão do governo central⁽²²⁾.

Embora as séries temporais cubram o período 1980-2005, somente consideramos nesta seção o período 1985-2005. O motivo é que as medidas de fragmentação da coalizão são medidas pertinentes à questão da governabilidade em regimes democráticos e os anos 1980-1984 foram do último presidente militar: o general João Batista Figueiredo⁽²³⁾.

Metodologia Usada na Construção da Coalizão de Governo

A medida de coalizão de governo que apresentou maior significância no trabalho de Volkerink e Haan (2001) para explicar o tamanho do governo foi o **número de ministros gastadores**⁽²⁴⁾, isto é, aqueles ministros que não são da área orçamentário-financeira do governo. Por meio dos dados fornecidos pelo cientista político Octávio Amorim Neto, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), foi possível construir uma medida semelhante para o Brasil durante o período de governo civil. Para tanto consideramos, dentre o total de ministros, o número de ministros que não pertencem aos ministérios da fazenda e do planejamento⁽²⁵⁾. A Figura 6 mostra a evolução dessa medida ao longo do período.

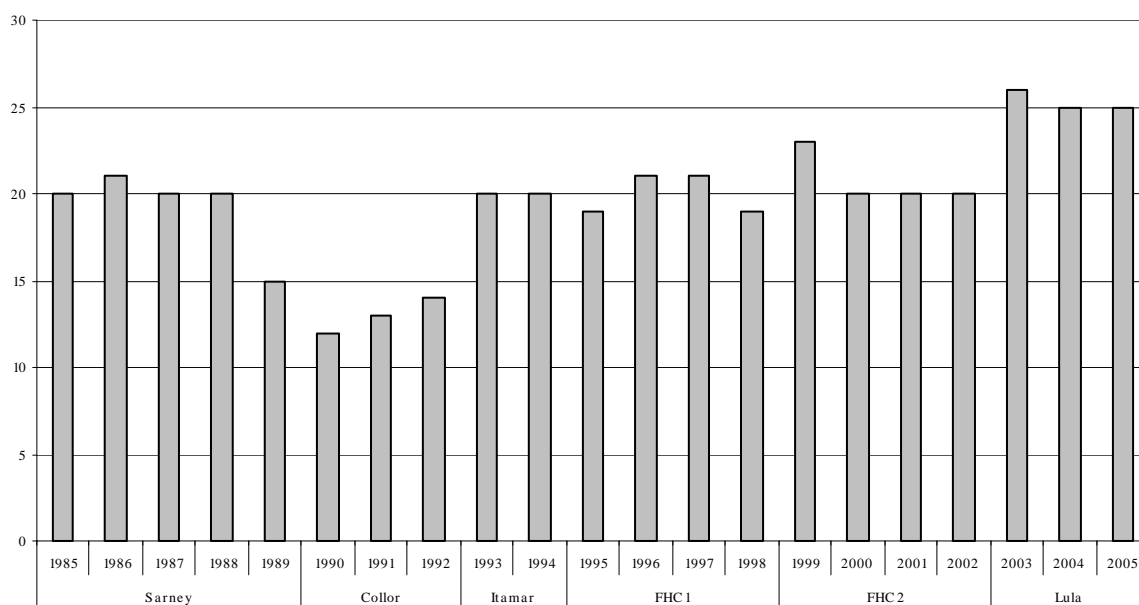


Figura 6: Total de Ministros Gastadores por Governo (1985-2005)

Fonte: elaboração própria a partir das informações fornecidas pelo cientista-político Octávio Amorim Neto (FGV-RJ) (2006).

Observamos que, exceto no período inicial do Governo Collor de Mello, que implantou uma reforma ministerial, a tendência foi de manutenção ou crescimento do número de ministros gastadores, principalmente no governo Lula.

Alternativamente também consideramos para o presidencialismo brasileiro o número de partidos que compõem os ministérios gastadores como medida da fragmentação da coalizão de governo. Estabelecemos essa medida também a partir dos dados enviados pelo cientista político Octávio Amorim Neto. Na Figura 7 apresentamos a evolução dessa medida no tempo e por governo.

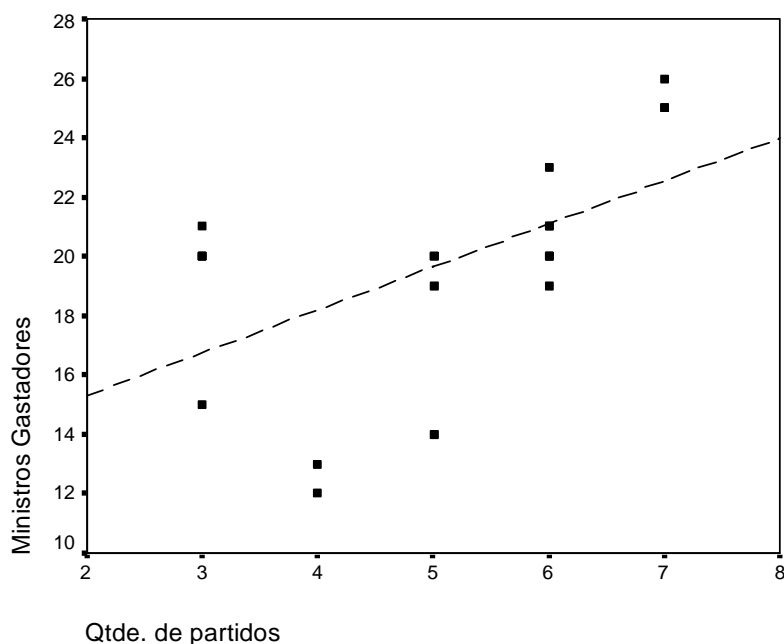


Figura 7: Diagrama de Dispersão entre Ministros Gastadores e Quantidade de Partidos que Participam dos Ministérios Existentes (1985-2005)
 Fonte: elaboração própria.

Observa-se nesse gráfico que o número de partidos que participam da coalizão de governo vem crescendo ao longo dos anos. O auge do número de partidos na coalizão de governo aconteceu no atual governo (Lula): sete partidos.

As medidas de fragmentação do governo central apresentadas são correlacionadas. O número de ministros gastadores tem associação linear e positiva com o número de partidos que compõem esses ministérios. É o que mostramos na Figura 8.

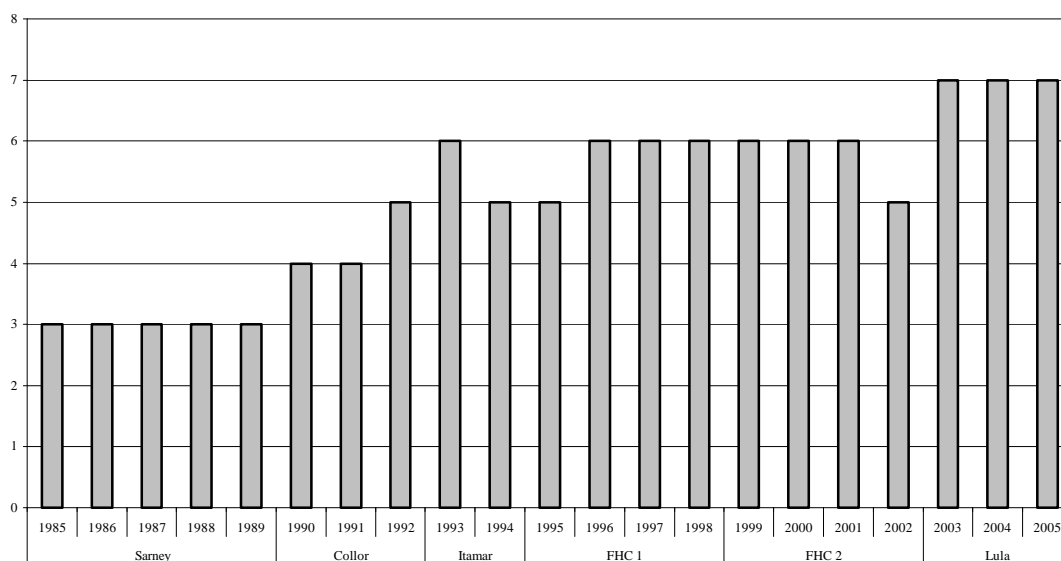


Figura 8: Quantidade de Partidos da Coalizão com Cadeiras no Ministério (1985-2005)
 Fonte: elaboração própria a partir das informações fornecidas pelo cientista-político Octávio Amorim Neto (FGV-RJ) (2006).

Pelos cálculos realizados, o coeficiente de correlação entre as séries é de 0,5614. Isso indica que, ao longo dos governos civis, o aumento do número de ministérios gastadores esteve associado ao aumento da quantidade de partidos que participam dos ministérios gastadores.

A Relação entre a Coalizão de Governo e o Tamanho do Governo

A relação entre o comportamento do custeio do governo central, que apresentou uma expansão ao longo do período analisado e a quantidade de partidos no ministério, que também expandiu, é positiva. A Figura 9 reporta essa correlação.

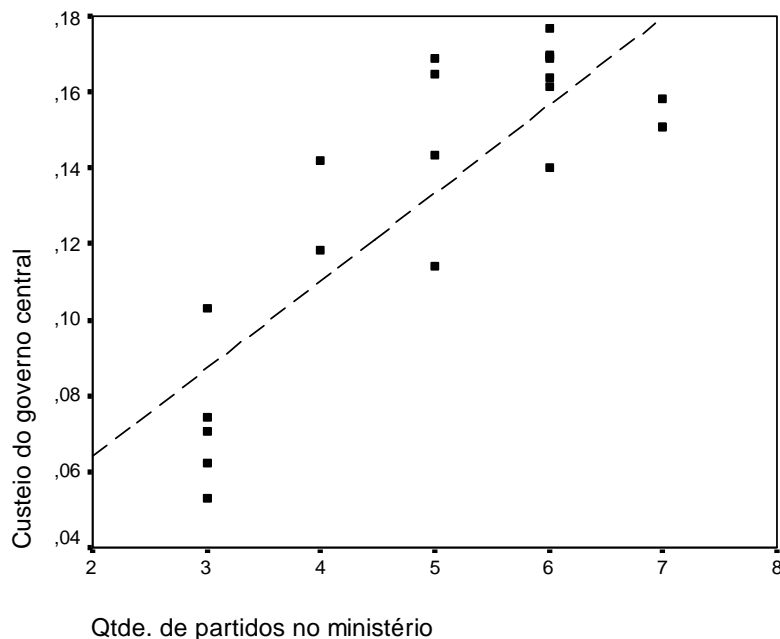


Figura 9: Diagrama de Dispersão entre Custeio do Governo Federal (em Proporção do PIB) e Número de Partidos no Ministério (1985-2005)

Fonte: elaboração própria.

A correlação entre as duas séries apresenta um resultado positivo de 0,834. Não apenas localizando as rubricas de expansão do gasto isoladamente, como fizeram Pinheiro e Giambiagi (2006); é preciso entender que o crescimento do gasto só se viabiliza com a vontade e a busca dos agentes políticos que participam do processo de decisão por maior espaço (orçamento) dentro do setor público. Admitindo-se, é claro, que partidos políticos representam a forma mais organizada de solução coletiva e que no processo de decisão da coalizão de governo funciona o *logrolling* entre os partidos: ninguém veta o gasto de ninguém para não ser vetado, conforme Perotti e Kontopoulos (2002); como diz um provérbio brasileiro, essas correlações mostram que existe a possibilidade de existir a união da **fome com a vontade de comer**. O espaço político de poder só pode ser viabilizado com maiores orçamentos que se traduzem em gastos e vice-versa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Basicamente o ideário desenvolvimentista latino-americano aceitava a empresa estatal dentro do escopo de intervenção do governo. Havia no pensamento brasileiro uma corrente denominada **desenvolvimentista nacionalista**, que defendia não apenas o planejamento estatal, mas a participação direta do Estado em detrimento do capital estrangeiro, justamente nos setores em que o capital nacional não teria condições de atuar.

Em virtude disso, resolvemos calcular o tamanho de governo do Brasil não considerando apenas a medida padrão existente na literatura internacional: as despesas de custeio do governo federal. Resolvemos incorporar o setor produtivo estatal nessa medida, considerando o seu custeio. Nossa série foi construída entre os anos de 1980 a 2005. Possuíamos disponibilidade de dados apenas para esse período. O resultado final dessa medida indicou que o tamanho de governo no Brasil mantém-se praticamente o mesmo, independente das mudanças, ajustes e privatizações: em torno de 20% do PIB. Percebe-se que esse número é resultado de um crescimento das despesas de custeio da administração federal e queda das despesas de custeio das estatais produtivas.

Outra constatação interessante desse estudo é que o número de partidos participantes da coalizão de governo tem correlação positiva com as despesas de custeio da administração federal.

Como se observou que a coalizão governo cresce ao longo de todo o nosso período de análise, esse resultado seria o esperado dado que cada partido participante da coalizão de governo possui incentivos individuais (beneficia-se do gasto e divide o custo com a sociedade pela tributação) e coletivos (funciona na coalizão de governo o *logrolling*: ninguém veta ninguém para não ser vetado), para que o tamanho de governo seja menor. Como o espaço político das estatais se foi reduzindo, esperar-se-ia nessas condições um crescimento nos gastos de custeio do governo federal. Mesmo que os motivos associados ao crescimento do governo central muitas vezes esteja associado à recuperação da melhoria das condições sociais do país, há de se entender que quem toma decisão no setor público são os políticos e o seu conjunto de incentivos ajuda a compreender melhor o que está acontecendo com o tamanho do governo.

Futuras investigações sobre a medida do tamanho de governo devem levar em consideração as empresas estatais na medida e como o espaço político é capaz de impulsionar esse tamanho. Principalmente no caso brasileiro, onde o poder no presidencialismo é fragmentado.

Artigo recebido em 16.11.2007. Aprovado em 20.02.2009.

NOTAS

¹ Veja os capítulos da Constituição de 1988 sobre a ordem econômica e social.

² Apesar de muitos autores, entre eles Bresser-Pereira (1993), Bresser-Pereira, L. C. (1998). A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova: Revista de Cultura Política*, (45), 49-95.) e Couto, C. G. (1998). A longa constituinte: reforma do estado e fluidez institucional no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 41(1), 51-86, darem como concluída a reforma do Estado, assistimos a um grande avanço na reforma administrativa e, até hoje, caminha no Congresso a reforma tributária e da previdência.

³ Bresser-Pereira (1993, 1998).

⁴ Veja Sallum, B., Jr. (1994). Transição política e crise de Estado. *Lua Nova*, 2(32), 1-30 e Almeida, M. H. T. (1996). Pragmatismo por necessidade: os rumos da reforma econômica no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 39(2), 213-234, sobre esse momento de transição. Sallum (1994) verifica uma tripla transição para o Brasil: de regime, de modelo econômico e de Estado. Almeida (1996) aponta uma dupla transição para o Brasil: política e econômica (uma nova relação do Estado com o mercado).

⁵ Volkerink e Haan (2001), Perotti e Kontopoulos (2002) e Persson e Tabellini (2003) para países da OCDE. Amorim e Borsani (2004) para países latino-americanos.

⁶ Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela apresentaram como tamanho de governo nessa medida 10,45 por cento do PIB (desvio-padrão de 3% do PIB) nos anos oitenta (1981-1990) e 11, 64 por cento do PIB (desvio-padrão de 2% do PIB) nos anos noventa (1991-2000). Os dados foram extraídos do Banco Mundial (2007). *World Development Indicators*. Washington, DC: World Bank. Sem dúvida, não há um tamanho de Estado ideal. Existe uma discussão interessante sobre essa questão no capítulo 3 do livro de Persson, T., & Tabellini, G. (2000). *Political economy: explaining economic policy*. Cambridge: MIT Press. O tamanho do Estado em cada país depende do quão redistributivo é o eleitor mediano.

⁷ Seria importante também separar os gastos do Executivo, Legislativo e Judiciário para investigá-los isoladamente. De qualquer maneira, Legislativo e Judiciário são partes integrantes do Estado.

⁸ Sapelli, C. (2003). The political economics of import substitution industrialization [Working Paper Nº 257]. *Instituto de Economia – Pontifícia Universidade Católica*, Santiago, Chile. destacou que “During 1950-1973, Chile adopted a policy of import substitution industrialisation [ISI], involving a closed economy (high tariff barriers, quotas and exchange controls) and a strong role for the state (high government expenditure, extensive regulations, and increasing numbers of state-owned firms)” (p. 3). Mercado, P. R. (2001). Macroeconomic volatility during Argentina’s import substitution stage. *International Review of Applied Economics*, 15(2), 151-161. destacou a volatilidade macroeconômica na fase do ISI da Argentina. Maxfield, S., & Nolth, J. H. (1990). Protectionism and the internationalization of capital: U.S. sponsorship of import substitution industrialization in the Philippines, Turkey and Argentina. *International Studies Quarterly*, 34(1), 49-81. mostraram que o ISI não foi um projeto apenas de países latino-americanos, como o México, mas de países como a Turquia e Filipinas.

⁹ Infelizmente não temos dados para avaliar a importância das empresas estatais em outros países latino-americanos.

¹⁰ Isso não significa um déficit intertemporal como mostrou Velasco, A. (1995). *The common property approach to fiscal policy* [Mimeo]. New York University, New York, NY.

¹¹ Isso não é o mesmo que afirmar que todo o gasto produzido pelos políticos é apropriado (atividade *rent-seeking*). Entendemos como Persson e Tabellini (2000) que políticos não podem fazer isso, se pretendem continuar no poder. Uma parcela do gasto tem de se transformar em bem público para que os políticos possam reeleger-se.

¹² Figueiredo, A., & Limongi, F. (1995). Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10(29), 175-200. E Pereira, C., & Muller, B. B. (2002). Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 45(2), 265-301, mostram como ocorre a negociação entre Executivo e Legislativo no Brasil.

¹³ De acordo com Bresser-Pereira (1998), esse segundo tipo de leitura pertence a uma análise social-democrata, ou **social-liberal**. Ela atribui ao setor público um papel maior que simplesmente a garantia do Estado de direito e a estabilidade jurídico-institucional.

¹⁴ Em DEST (2005).

¹⁵ Ver em Tesouro Nacional (2005).

¹⁶ Do ponto de vista do investimento público, as empresas estatais contribuem com a maior parcela, mesmo após o processo de privatização.

¹⁷ A versão eletrônica do **Relatório Anual da Execução Orçamentária das Empresas Estatais** está disponível a partir de 1994, no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Como a DEST foi criada em 1979, os dados existentes de 1980 a 1993 encontram-se apenas em exemplares impressos. Como a publicação era do governo federal, cada universidade federal recebia um exemplar. É interessante notar que durante o período compreendido pelos primeiros anos do mandato do ex-presidente Collor de Mello, a produção dos relatórios anuais foi interrompida, vindo somente a ser retomada no governo de Itamar Franco. Inclusive, de modo retroativo. Dessa forma, foi possível recuperarmos as informações. Localizamos a maior parte dos exemplares para esse período na biblioteca da Universidade Federal de São Carlos (Estado de São Paulo). Os exemplares faltantes foram gentilmente fornecidos pela DEST, por meio do seu coordenador-geral de informação e avaliação de empresas. O processamento dos dados se deu pela seleção das informações pertinentes para a construção das séries, pela digitação dos valores presentes nos relatórios em moeda corrente e pela posterior conversão para R\$ nominais.

¹⁸ O Setor Financeiro Estatal [SFE] não foi incorporado na análise por estar sujeito a normas específicas do Sistema Financeiro Nacional. No entanto é possível construir uma série dos dados dessas empresas a partir dos relatórios da DEST.

¹⁹ De nada adianta ter o cargo e não ter orçamento para realizar os interesses políticos de quem dele se utiliza.

²⁰ Pode ocorrer uma espécie de **dupla contagem** na agregação ao serem somadas administração direta e empresas estatais, porque algumas despesas da administração direta podem ser receitas das empresas estatais. O grau de desagregação dos demonstrativos analisados não impediu uma aferição com exatidão.

²¹ Veja Greene (2000) sobre os problemas de se realizar estimativas com um número muito pequeno de observações.

²² No trabalho de Volkerink e Haan (2001) a fragmentação da coalizão foi medida por duas *proxies*: a primeira, o número de ministros gastadores (todos os ministros com exceção do primeiro ministro) e a segunda, a medida de fracionalização da coalizão de governo.

²³ O mandato do governo Figueiredo é complexo do ponto de vista político, pois compreende o período de maior distensão da ditadura militar e a transição para a democracia, de acordo com Fausto, B. (2000). *História do Brasil* (8a ed.). São Paulo: Edusp/FDE, em que houve anistia, pluripartidarismo, eleições diretas para governadores, senadores, deputados federais e estaduais etc. A composição ministerial, embora preponderantemente militar, teve maior participação de civis, pelas informações de Mathias, S. K. (2003). *A militarização da burocracia*. São Paulo: Editora UNESP. Do ponto de vista da governabilidade, após as eleições de 1982, o governo federal foi obrigado a esboçar uma **coalizão** no Congresso: em 1983 é articulado um pacto entre PTB e PDS (antiga Arena – partido do governo militar) em prol do Executivo e, como contrapartida, o primeiro partido foi indicado a assumir algumas estatais da época, como a antiga Companhia Brasileira de Alimentos [COBAL].

²⁴ Esta expressão não quer trazer nenhuma conotação negativa e é utilizada comumente na literatura. Ela apenas indica a natureza do ministério ocupado, que são ordenadores de despesa, pois suas atribuições são diferentes dos ministérios que gerem o orçamento e a sua execução, assim como o caixa do governo.

²⁵ O atual Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão era uma Secretaria de Planejamento e Orçamento até o governo de Itamar Franco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Affonso, J. R., Ferreira, S. G., & Varsano, R. (2002). *Fiscal competition: a bird's eye view* (Texto para discussão, Nº 887). Rio de Janeiro, RJ: IPEA.
- Amorim, O., Neto (2006). *Número de partidos que formam a coalizão do governo federal no Brasil*. (Relatório de Pesquisa/2006). Rio de Janeiro, RJ, Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getulio Vargas.
- Amorim, O., Neto, & Borsani, H. (2004). Presidents and cabinets: the political determinants of fiscal behavior in Latin America. *Studies in Comparative International Development*, 39(1), 3-27.
- Bielchowsky, R. (1996). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bresser-Pereira, L. C. (1993). Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. *Novos Estudos CEBRAP*, (37), 37-57.
- Carvalho, M. A. S. (2001). *Privatização, dívida e déficit públicos no Brasil* (Texto para discussão, Nº 847). Rio de Janeiro, RJ: IPEA.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1980). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1981). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1982). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1983). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1984). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.

- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1985). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1986). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1987). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1988). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1989). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1990). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1991). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1992). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1993). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento do Orçamento, & Planejamento e Gestão.
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1994). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1995). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1996). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1997). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1998). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>

- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (1999). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (2000). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (2001). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (2002). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (2003). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (2004). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. (2005). *Relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais*. Recuperado em 26 de abril, 2006, de <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=310&sec=4>
- Greene, W. H. (2000). *Econometric analysis* (4a ed.). Upper Saddle, NJ: Prentice-Hall.
- Matos, J. C., Filho, & Oliveira, C. W. A. (1996). *O processo de privatização das empresas brasileiras* (Texto para discussão, N° 422). Brasília, DF: IPEA.
- Mora, M., & Varsano, R. (2001). *Fiscal decentralization and subnational fiscal autonomy in Brazil: some facts of the nineties* (Texto para discussão, N° 854). Rio de Janeiro, RJ: IPEA.
- Orenstein, L., & Sochaczewsky, A. C. (1990). Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In M. P. Abreu (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)* (pp. 171-195). Rio de Janeiro: Campus.
- Perotti, R., & Kontopoulos, Y. (2002). Fragmented policy. *Journal of Public Economics*, 86(2), 191-222.
- Persson, T., & Tabellini, G. (2003). *The economics effects of constitutions*. Cambridge: MIT Press.
- Pinheiro, A. C., & Giambiagi, F. (2006). *Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier.
- Pinheiro, A. C., Giambiagi, F., & Moreira, M. M. (2001). *O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?* (Texto para discussão, N° 91). Rio de Janeiro, RJ: IPEA.
- Tesouro Nacional. (2005). *Despesa da União por grupo*. Recuperado em 27 de abril de 2006, de http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatistica/est_contabil.asp
- Volkerink, B., & Haan, J. de (2001). Fragmented government effects on fiscal policy: new evidence. *Public Choice*, 109(3-4), 221-242.